



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**PARECER REFERENCIAL N° 000006/2022**  
**PROCESSO N° 2022.02.005822 / 2022/1300512**  
**PROCEDÊNCIA: PGE - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ**  
**INTERESSADOS: PGE - Procuradoria-Geral do Estado do Pará**  
**PROCURADORA RESPONSÁVEL: Carla Nazaré Jorge Melém Souza**

**LEI FEDERAL N° 14.133/2021 –  
NOVA LEI DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS. LICITAÇÕES.  
CONTRATAÇÃO DIRETA. FASE  
PREPARATÓRIA. ETAPAS E  
REQUISITOS LEGAIS.  
PARECER REFERENCIAL.**

Exmº Sr. Procurador-Geral do Estado,

**I. OBJETO DO PARECER REFERENCIAL.**

A Ilmª Procuradora-Chefe da Procuradoria Consultiva, por meio do memorando de fl. 02<sup>1</sup> e na forma da Ordem de Serviço n° 002/2022-PGE, demandou desta titular a elaboração de Parecer Referencial tratando da fase preparatória dos processos de contratação, à luz da Lei Federal n° 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, cujo marco para observância obrigatória pelos entes federados é 01 de abril de 2023.

A particularidade deste Parecer Referencial é que não se propõe, como de praxe, a consolidar estudos e teses uniformizadas em torno da matéria indicada, mas, sim, considerando o pouco tempo de vigência da norma e seus regulamentos, de alinhar algumas orientações gerais que possam servir de norte à

<sup>1</sup>(...) *Nos termos da Portaria n° 441/2022-PGE.G, de 06 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de 09.09.2022, a qual constituiu Grupo de Trabalho para a atualização de pareceres referenciais que enfrentarão questões referentes à transição dos regimes da Lei federal n.º 8.66/1993 para a Lei federal n° 14.133/2021, determino o cadastro de processo no sistema SAJ, a ser distribuído pela Secretaria da Procuradoria Consultiva à i. Procuradora do Estado Carla Nazaré Jorge Melém Souza, para elaboração de Parecer Referencial com o tema: fase preparatória do processo licitatório. (...).*



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

instrumentalização dos procedimentos de contratação, no âmbito da Administração Pública Estadual.

Passo ao exame.

**II. FASE PREPARATÓRIA DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

Relaciono, neste item, a legislação básica que servirá para melhor compreensão e ordenamento da fase preparatória dos novos processos de contratação, sem prejuízo de que, sobrevindo a publicação de outros normativos estaduais, no intuito de regulamentação da NLLC, este Parecer Referencial possa ser pontualmente revisto e atualizado. Destaco:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 – nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – regulamenta o art. 37, XXI da CRFB/88, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- c) Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – institui a modalidade Pregão, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de bens e serviços comuns;
- d) Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011 – dispõe sobre o Regime Diferenciado de Contratações-RDC;
- e) Lei Estadual nº 6.474, de 6 de agosto de 2002 – institui a modalidade do Pregão, nos limites da Administração Estadual;
- f) Decreto Estadual nº 534, de 04 de fevereiro de 2020 - regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, no âmbito da Administração Estadual;
- g) Decreto Estadual nº 1.504, de 26 de abril de 2021- versa sobre o regime de licitações e contratos administrativos a ser utilizado no âmbito da Administração Pública Estadual enquanto não regulamentada e implementada a Lei nº



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

14.133/2021;

**h)** Decreto Estadual nº 2.227, de 16 de março de 2022 – institui o Plano de Contratações Anual de Bens e Serviços Comuns da Administração Estadual;

**i)** Decreto Estadual nº 2.725, de 31 de outubro de 2022 - dispõe, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, sobre o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo;

**j)** Decreto Estadual nº 2.734, de 7 de novembro de 2022 - dispõe sobre os procedimentos de realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;

**k)** Decreto Estadual nº 2.787, de 29 de novembro de 2022 – disciplina a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional.

**III. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. VIGÊNCIA. COEXISTÊNCIA DAS LEIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. MARCOS TEMPORAIS.**

**III.a. Dispositivos de Referência:**

- **Lei Federal nº 14.133/2021:** arts. 190, 191, 193 e 194.

- **Decreto Estadual nº 1.504/2021:** art. 1º.

**III.b. Considerações Gerais:**

A Lei Federal nº 14.133/2021 inaugurou um novo regime jurídico para licitações e contratos, no âmbito da Administração Pública, em substituição aos instituídos pelas Leis Federais nº 8.666/1993 (LLC), 10.520/2002 (Pregão) e 12.462/2011 (RDC).

A NLLC entrou em vigor na data de sua publicação (**01/04/2021**), conforme enunciado do art. 194, mantendo em plena vigência a legislação referida no parágrafo anterior, pelo prazo de 02 anos (até 31/03/2023), findo o



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

qual ficará integralmente revogada (a partir de **01/04/2023**).

De todo modo, para resguardar, entre outros, o princípio da segurança jurídica, a Lei nº 14.133/2021 instituiu, em seu art. 190, a seguinte regra de coexistência dos regimes: **nos 02 anos de vigência simultânea das leis, a Administração poderá optar por licitar e contratar de acordo com qualquer delas, vedada, entretanto, a combinação de regimes, sendo que a opção por um deles deverá estar expressamente indicada no edital e nos processos de contratação direta, regendo-se o respectivo contrato, até seu final, pelo regime/norma escolhido, independentemente da superveniência de sua revogação.**

Significa dizer, portanto, que não importa o **tempo que perdure o contrato, uma vez que tenha ele sido firmado sob a regência da Lei nº 8.666/1993, por exemplo, esta será sua norma e regime de sujeição até a plena extinção, sendo vedada a transição para o novo regime ou a combinação de ambos num mesmo instrumento ou processo de contratação.**

No plano da Administração Estadual<sup>2</sup>, o Decreto nº 1.504/2021 estabeleceu que a NLLC só terá aplicação após a edição de normas regulamentadoras suficientes à *implantação gradual das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

A propósito, acrescenta o Decreto que os órgãos e entidades estaduais devem seguir utilizando as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011, além da Lei Estadual nº 6.474/2002, para contratações de obras, serviços, aquisição de bens e demais objetos, até o advento de novo Decreto que fixe o marco para utilização da NLLC. Quaisquer eventuais exceções demandam oitiva prévia da SEPLAD, mediante o oferecimento de motivação adequada.

De qualquer forma, uma vez que a obrigatoriedade da NLLC está prevista para 01/04/2023, e que todos os editais publicados dessa data em diante devem ter sua fase preparatória consumada com base no novo regime, caberá à Administração Estadual, em tempo breve, adotar providências para a observância da Lei já nos primeiros meses de 2023, de modo a evitar invalidações e refazimento desnecessário de atos e procedimentos preliminares.

<sup>2</sup>Administração Direta e Indireta, exceção feita às estatais, que seguem regidas pela Lei Federal nº 13.303/2016, no campo das licitações e contratos.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**III.c. Conclusão:**

- a) a NLLC foi publicada em 01/04/2021, quando iniciou sua vigência;
- b) no prazo de 02 anos, ou seja, até 01/04/2023, foi autorizada a coexistência do regime da NLLC com os instituídos pelas Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011, após o que estas estarão automaticamente revogadas;
- c) nesses mesmos 02 anos, a Administração poderá optar pela utilização de uma das normas em vigor, sendo vedada, no entanto, a combinação de regimes;
- d) mesmo após 01/04/2023, os processos e contratos realizados pelo regime anterior seguirão por ele regidos, até seu final, condição que deve constar dos editais e instrumentos contratuais;
- e) no Estado do Pará, o Decreto nº 1.504/2021 veda a aplicação da NLLC enquanto não elaborada e em vigor regulamentação suficiente a orientar os novos processos de contratação, ressalvados casos de excepcional necessidade, que demandam manifestação prévia da SEPLAD; e
- f) os editais publicados a partir de 1º de abril de 2023 deverão ter a fase preparatória dos processos de contratação esteados na NLLC.

**IV. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. REGRAS GERAIS.**

**IV.a. Dispositivos de Referência:** art. 2º, I a VII, art. 6º, X a XLVI e LX, art. 11, art. 17, I a VII, art. 28, I a V.

**IV.b. Considerações Gerais:**

A NLLC, tal qual a Lei nº 8.666/1993, foi publicada com o propósito de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

regulamentar o disposto no art. 37, XXI da CRFB/88<sup>3</sup>, no exercício da competência da União (art. 22, XXVII) para legislar sobre *normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (...)*.

São normas gerais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, além das que se referem à abrangência, princípios e objetivos do novo regime jurídico das contratações públicas, também o seguinte rol exemplificativo<sup>4</sup>:

- a) as que definem e caracterizam as modalidades de licitação, as fases do processo, procedimentos auxiliares, critérios de julgamento, regras para desclassificação de propostas, regras de participação, documentos de habilitação, hipóteses de contratação direta;
- b) as que regulam o orçamento sigiloso, o conteúdo mínimo do edital e a forma de sua divulgação;
- c) as que fixam as prerrogativas contratuais, a formalização do contrato e seu conteúdo mínimo, as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, garantias, vigência, deveres e responsabilidades legais das partes e a possibilidade de alteração e extinção contratual, as espécies de sanções, as regras de controle da contratação;
- d) também são normas gerais as voltadas ao alcance dos objetivos assentados no art. 11 da NLLC e a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)<sup>5</sup>, obrigatório para todos os entes federativos, porque vinculado aos objetivos de transparência e controle inerentes ao novo regime.

---

<sup>3</sup>Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:  
(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (...).

<sup>4</sup>Rol extraído do site <https://www.novaleilicitacao.com.br/2021/06/24/normas-gerais-e-regulamentos-na-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-da-teoria-a-pratica/>, acessado em 01/11/2022.

<sup>5</sup>Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). (...).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Sobre as modalidades de licitação, taxativamente enumeradas no art. 28 da NLLC, extensível a todos os entes federados pelo seu caráter de norma geral, destaca-se:

**a) Pregão:** modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (art. 6º, XLI);

**b) Concurso:** modalidade prevista para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor (art. 6º, XXXIX);

**c) Diálogo Competitivo:** modalidade para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública dialoga com licitantes previamente selecionados segundo critérios objetivos, com a finalidade de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta após o encerramento dos diálogos (art. 6º, XLII);

**d) Leilão:** modalidade que serve à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, a quem oferecer o maior lance (art. 6º, XL); e

**e) Concorrência:** modalidade indicada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico ou maior desconto (art. 6º, XXXVIII).

As hipóteses de contratação direta – por dispensa de licitação ou inexigibilidade – são igualmente taxativas e estão enumeradas nos arts. 72 a 75 da NLLC, normas gerais das quais também não podem se afastar os entes federativos.

**As fases do processo também constituem normal geral, como mencionado, e, entre elas, a etapa preparatória deve observar rigorosamente o rito e a sucessão de atos consignados na NLLC, servindo a qualquer das modalidades licitatórias referidas e aos processos de contratação direta, no**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**que couber.**

**IV.c. Conclusão:** a NLLC contempla um elenco extenso de normas gerais editadas no limite da competência legislativa da União, de observância obrigatória pelos demais entes federados, com destaque às modalidades licitatórias (pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo), às hipóteses de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade e às fases do processo, entre elas, a fase preparatória, comum a qualquer modalidade e objeto.

**V. PLANEJAMENTO. ETAPA QUE DEVE ANTECEDER A FASE PREPARATÓRIA DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO.**

**V.a. Dispositivos de Referência:**

- **Lei nº 14.133/2021:** art. 12, VII e §1º, art. 40, I a V, “a” a “c”.
- **Decreto Estadual nº 2.227/2022:** art. 1º, art. 2º, V, art. 3º, art. 5º e §1º, art. 7º.

**V.b. Considerações Gerais:**

Outra novidade introduzida ou que ganhou relevância na NLLC é a necessidade de a Administração realizar o planejamento anual de contratações, como parte do processo estratégico de gerenciamento mais eficaz do fluxo de demandas e contratos realizados em determinado exercício e capaz de otimizar a execução orçamentária e o uso dos recursos públicos no exercício seguinte.

São dois os instrumentos estratégicos de planejamento disponibilizados pela Lei: **a)** Planejamento de Compras; e **b)** Plano de Contratações Anual.

O art. 40 trata do **Planejamento de Compras**, que deve ser baseado na expectativa de consumo da Administração no exercício anterior, de modo a nortear as contratações de bens de consumo no exercício seguinte, priorizando-se a licitação concentrada e compartilhada, por meio do Sistema de Registro de Preços, sem descuidar da observância aos princípios da padronização, do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, e da responsabilidade fiscal (comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>Informações extraídas do site [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), acessado em 03/11/2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

O **Plano de Contratações Anual**, assentado no art. 12, VII da Lei, tem o objetivo de racionalizar as contratações de órgãos e entidades, garantir o alinhamento com seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

O Plano de Contratações Anual pode ser definido como *um documento que unifica todas as contratações e renovações que o órgão público pretende realizar ou prorrogar no próximo exercício financeiro, e contempla bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação*<sup>7</sup>.

À luz do dispositivo de regência, esse Plano deve ser elaborado pelo órgão competente e mantido, à disposição da sociedade, em sítio eletrônico oficial, como diretriz a ser observada pela Administração nas licitações e na execução dos contratos.

O Decreto Estadual nº 2.227/2022 instituiu, no âmbito da Administração Pública Estadual (Poder Executivo), o Plano de Contratações Anual de Bens e Serviços Comuns, atribuindo à SEPLAD sua elaboração com base nas demandas anteriores dos diversos órgãos e entidades, servindo ao planejamento das contratações para o exercício subsequente, à sua racionalização por meio de processos licitatórios centralizados e compartilhados (SRP, preferencialmente), *a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos*.

O Plano de Contratações Anual de Bens e Serviços Comuns da Administração Pública Estadual servirá também para orientar a elaboração das leis orçamentárias, otimizar a consecução do planejamento estratégico de órgãos e entidades, bem como evitar o fracionamento de despesas e o desperdício de recursos públicos.

**Caberá aos órgãos e entidades estaduais, até a primeira quinzena de julho de cada exercício, encaminhar à SEPLAD o seu planejamento de contratações de bens e serviços comuns para o exercício subsequente, ressalvadas as despesas de pequeno vulto e as informações sigilosas enumeradas no art. 7º do Decreto.** Esses dados serão consolidados para permitir a racionalização dos respectivos processos licitatórios, orientando, especialmente, a fase preparatória dos certames, que é caracterizada pelo

<sup>7</sup><https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/pac>, consultado em 03/11/2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

planejamento e organização da contratação e que deve ser compatível com essa programação anual e com as leis orçamentárias vigentes, na forma do art. 18 da NLLC.

**V.c. Conclusão:** sobre os instrumentos de planejamento das contratações na NLLC:

**a) Planejamento de Compras:** deve ser realizado a partir da expectativa de consumo da Administração no exercício anterior, para orientar as contratações de bens de consumo no exercício seguinte;

**b) Plano de Contratações Anual:** objetiva a racionalização das contratações (gerais) feitas por órgãos e entidades, garantindo alinhamento com seu planejamento estratégico e servindo de subsídio à elaboração das leis orçamentárias;

**c)** o Decreto Estadual nº 2.227/2022 instituiu, no âmbito de órgãos e entidades, o Plano de Contratações Anual de Bens e Serviços Comuns, atribuindo à SEPLAD sua elaboração a partir de informações que lhe devem ser prestadas até a primeira quinzena de julho de cada ano, e que servirão à concepção das leis orçamentárias e à racionalização dos processos de contratação para o exercício subsequente à sua formulação.

## **VI. FASE PREPARATÓRIA DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO.**

### **VI.a. Dispositivos de Referência:**

- **Lei nº 14.133/2021:** art. 6º, XX, XXIII, “a” a “j”, art. 17, I, art. 18, art. 23, §§1º e 2º, art. 24, I e único, art. 40, 1º, I a III e art. 72, I;

- **Decreto Estadual nº 2.725/2022;**

- **Decreto Estadual nº 2.734/2022;**

- **Decreto Estadual nº 2.787/2022:** art. 4º e art. 5º.

### **VI.b. Considerações Gerais:**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Segundo a NLLC, o rito procedimental ordinário das licitações deve observar as seguintes fases sequenciais:

- a) preparatória;
- b) de divulgação do edital da licitação;
- c) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- d) de julgamento;
- e) de habilitação;
- f) recursal; e
- g) de homologação.

A primeira fase é a preparatória, antes denominada de “interna” pela Lei nº 8.666/1993, e que se perfaz, exclusivamente, no âmbito do próprio órgão/entidade licitante, com o planejamento das soluções, atos e documentos necessários a instrumentalizar o processo licitatório.

Na fase preparatória, a Administração se dedica à concepção de atos e especificações que devem servir à compreensão e melhor identificação do objeto, das condições para sua execução e do processamento da licitação, fazendo-o por meio de instrumentos como: Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Análise de Risco, Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico, Orçamento Estimado, além das minutas de edital, contrato e seus anexos.

O art. 18 da NLLC orienta que a fase preparatória é pautada pelo planejamento, de modo a compatibilizar o objeto e a finalidade que se pretende consumir com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias vigentes, levando em consideração as *questões técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação*.

Lê-se no Blog Zênite<sup>8</sup>, **sobre a fase preparatória:**

(...) Destaca-se, dentre outras diretrizes inseridas no planejamento da contratação, a necessária demonstração do alinhamento entre esta (a contratação) e o planejamento do órgão ou entidade, identificando-a (a contratação) no Plano de Contratações Anual ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão. Percebe-se que um ponto alto do novo marco legal deve ser a sincronia que deve caracterizar o

<sup>8</sup>A FASE PREPARATÓRIA DA LICITAÇÃO E SEU RITO PROCEDIMENTAL – LEI Nº 14.133/2021, Madeline Rocha Furtado, [www.zenite.blog.br](http://www.zenite.blog.br), acessado em 03/11/2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

planejamento da contratação, desmistificadora dessa fase no âmbito da Administração.

Na sequência dos atos processuais algumas questões são de suma importância para o delineamento da fase de seleção que se desenvolverá no procedimento licitatório, com reflexos no contrato decorrente.

São elas:

- a. a definição técnica do objeto (análise quantitativa e qualitativa);
- b. sua necessidade e os resultados pretendidos;
- c. as definições relativas ao procedimento a ser adotado (licitação ou não);
- d. as definições das respectivas modalidades;
- e. a definição quanto ao recolhimento de quantia a título de garantia de proposta;
- f. a definição dos modos de disputa;
- g. os requisitos de habilitação que serão exigidos dos participantes; e
- h. o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação, entre outras. (...).

A fase preparatória é, portanto, a que se dedica ao planejamento da licitação, em qualquer de suas modalidades, servindo também ao processo de contratação direta, no que couber, exigindo-se, neste caso, instrumentos como ETP, TR e análise de riscos apenas quando a relevância e complexidade do objeto assim orientarem, conforme art. 72, I da NLLC.

A propósito, nas Dispensas Eletrônica reguladas pelo Decreto Estadual nº 2.787/2022, a fase preparatória deve observar, em regra, o disposto no art. 4º, que prevê:

Art. 4º O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, análise de riscos, e, conforme o caso, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - orçamento estimado;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso; e

VIII - autorização da autoridade competente.

§ 1º O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

§ 2º A instrução do procedimento deverá ser realizada por meio de sistema eletrônico, através do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

§ 3º O procedimento de dispensa de licitação deverá ser disponibilizado no portal [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br), que migrará seus dados informacionais ao Portal Nacional de Contracções Públicas (PNCP).

§ 4º A dispensa poderá ser feita sem estudo técnico preliminar e análise de risco quando o orçamento estimado for de até 50% (cinquenta por cento) do valor do inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 5º O parecer jurídico será dispensado desde que:

I - sejam utilizadas as minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), conforme ato próprio; e

II - haja declaração, pelo agente de contratação, de que o processo está de acordo com o exigido no Parecer Referencial editado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

No procedimento licitatório, a etapa preparatória se perfaz, em geral, pela sucessão dos seguintes atos e instrumentos, na forma do art. 18, I a XI da NLLC:

a) **descrição da necessidade da contratação fundamentada em Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que caracterize o interesse público envolvido;

b) **definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**Termo de Referência (TR)**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

- c) definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- d) **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação, observado o Decreto Estadual nº 2.734/2022;
- e) elaboração do edital de licitação;
- f) elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- g) regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- h) modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- i) motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- i) **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- j) motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 da Lei.

O art. 18, por si, contém roteiro suficiente à composição dos atos próprios da fase preparatória do processo de contratação, de modo autoexplicativo, havendo necessidade de exame mais detido, neste Parecer Referencial, apenas dos seguintes instrumentos: **Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico, Orçamento Estimado e Análise de Riscos.**

#### **VI.b.1. Documento de Formalização da Demanda (DFD):**

O Documento de Formalização da Demanda (DFD) inaugura o processo, assentando a necessidade da Administração e o interesse público envolvido na



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

contratação de serviço ou na aquisição de determinado bem.

O DFD é responsabilidade dos setores demandantes ou requisitantes de cada órgão ou entidade.

**VI.b.2. Estudo Técnico Preliminar (ETP):**

Segundo a NLLC, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento que orienta e instrui a fase preparatória da licitação, mediante a demonstração do interesse público envolvido e a melhor solução a ser alcançada para atender a necessidade expressa no Documento de Formalização da Demanda, servindo também como base à elaboração do Termo de Referência (bens e serviços) ou Projeto Básico (obras e serviços de engenharia).

O ETP, segundo enuncia o art. 18, I e §§1º e 2º da Lei, deve conter os seguintes elementos obrigatórios mínimos:

- a) destaque do problema a ser resolvido e a sua melhor solução;
- b) estimativa das quantidades;
- c) estimativa do valor;
- d) justificativas para parcelamento ou não da contratação;
- e) alinhamento da contratação com o plano de contratações anual;
- f) manifestação conclusiva sobre a viabilidade da contratação e sua adequação ao atendimento da finalidade pretendida.

Os demais requisitos complementares dispostos no art. 18, quando ausentes, deverão ser objeto de justificativa adequada.

Nos termos da NLLC, portanto, o ETP deve *considerar e descrever todas as alternativas existentes no mercado, capazes de atender a demanda administrativa que motiva a contratação e, com fundamento em análise valorativa-comparativa, apontar qual é a melhor opção sob o ponto de vista técnico e econômico para solucionar o problema*<sup>9</sup>.

Registro, ainda, que a Dispensa Eletrônica poderá ser feita sem ETP e análise de risco quando o orçamento estimado for de até 50% do valor consignado no inciso II do *caput* do art. 75 da NLLC.

**VI.b.3. Análise de Risco:**

---

<sup>9</sup> [www.zenite.blog.br](http://www.zenite.blog.br), ETP, acessado em 01/11/2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Segundo definição extraída do site [www.tcu.gov.br/rca](http://www.tcu.gov.br/rca), assentada pela Corte no documento *Riscos e Controles nas Aquisições (RCA)*, a análise de risco deve considerar elementos básicos como *causa, efeito e consequência*, de modo a identificar e ponderar as situações adversas que podem impactar negativamente o resultado de determinada contratação.

Orienta o TCU, na mesma linha, que a análise de risco das contratações deve ser feita pela Administração em cinco etapas sequenciais, a saber: identificação, avaliação, tratamento, implementação e monitoramento.

Interessa à fase preparatória do processo de contratação a análise capaz de promover a **identificação, avaliação e tratamento dos riscos**, de forma que os demais atos do processo sejam construídos com o firme propósito de garantir sua mitigação ou mesmo eliminação.

Na identificação dos riscos, o objetivo seria determinar o rol das principais ameaças passíveis de impactar o processo e a futura execução do contrato. Na avaliação, esse rol identificado é segmentado e ponderado, atribuindo-se a cada risco um nível de classificação (alto, médio ou baixo), com o intuito de determinar o efeito potencial da ameaça e sua mitigação. Em seguida, os riscos médios e altos devem receber tratamento, mediante a construção de **matriz de riscos** capaz de definir e distribuir as ações, obrigações e responsabilidades necessárias à sua eliminação, transferência ou mitigação.

Nos termos do art. 103, §4º da NLLC, a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes, a ser observada na solução de eventuais pleitos apresentados pelo contratante no curso da execução do objeto.

O exercício do planejamento por meio da análise de riscos, na fase preparatória da licitação, *conferirá mais previsibilidade e, por consequência, economicidade e racionalidade aos contratos, gerando a expectativa real de que se diminuam, durante a execução, pedidos relativos a reequilíbrio<sup>10</sup>*, por exemplo.

#### VI.b.4. Termo Referencial ou Projeto Básico:

---

<sup>10</sup><https://www.migalhas.com.br/depeso/344864/com-nova-lei-licitacoes-podem-ter-analise-de-riscos-aprimorada>, consultado em 04/11/2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

O Termo de Referência ganhou ainda mais relevância com a NLLC, como instrumento-base da contratação de bens e serviços em geral, inclusive os serviços comuns de engenharia, outra novidade da Lei, com destaque aos requisitos acrescentados às hipóteses de compra, como, por exemplo, a utilização do catálogo eletrônico de padronização para especificação do objeto.

O TR deve ser elaborado segundo parâmetros traçados no ETP e conforme alíneas do inciso XXIII do art. 6º da NLLC, contendo, de modo descritivo, o seguinte:

- a) objeto, sua natureza e quantitativos, prazo do contrato e possibilidade de eventual prorrogação (“a”);
- b) fundamentos e requisitos para contratação (“b” e “d”);
- d) descrição plena da solução entabulada no ETP, envolvendo todo o ciclo de vida do objeto, o modelo de gestão de sua execução e de gestão do próprio contrato, os critérios de medição e pagamento (“b”, “c”, “e”, “f”, “g”);
- e) forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador do serviço (“h”);
- f) estimativas do valor da contratação (“i” c/c Decreto Estadual nº 2.734/2022); e
- g) adequação e disponibilidade orçamentária para a despesa (“j”).

Registro, a propósito do TR, as considerações extraídas do e-Book *Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos* (2ª edição, coord. Prof. Joel de Menezes Niebhur):

(...) Sabe-se que, **em regra, projetos básico e executivo são utilizados em obras e serviços de engenharia e termo de referência é empregado para os demais objetos que não de engenharia**, por efeito do que eles são excludentes - ou se tem projetos básico e executivo ou se tem termo de referência. **Essa é a regra que, contudo, é ressaltada pelo § 3º do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021, cujo teor admite que a especificação de obras e serviços comuns de engenharia seja realizada por meio de “termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.”** (...).

O Tribunal de Contas da União, no Informativo “Jurisprudência de Bolso”, divulgado no site [www.portal.tcu.gov.br](http://www.portal.tcu.gov.br) e consultado em 27/10/2022, orienta a formulação do Termo de Referência da seguinte forma:

(...) Documento que **deverá conter os elementos técnicos capazes**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**de propiciar a avaliação do custo, pela Administração e pelos licitantes ou potenciais fornecedores, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual.** Definida a solução a ser contratada, nessa etapa deve ser elaborada a pesquisa e estimativa dos preços definitiva, a qual servirá de parâmetro para a realização do certame e avaliação da aderência dos preços ofertados à prática de mercado. Previsão legal e normativa: - art. 6º, inc. XXIII, da Lei 14.133/2021 - arts. 28 e 30 da Instrução Normativa 5/2017 - Seges/MPDG - art. 12 da Instrução Normativa 1/2019 – SGD/ME (...).

O Termo de Referência, portanto, à luz das diretrizes gerais da Lei Federal nº 14.133/2021, é parte da fase preparatória dos processos de contratação de bens e serviços (comuns ou não), dele devendo constar os seguintes itens obrigatórios::

- a) resumo da justificativa para a contratação, que pode consistir ou não na referência aos Estudos Técnicos Preliminares;
- b) especificação do objeto contratual de forma precisa, incluindo sua natureza e quantitativos, vedadas descrições desnecessárias, irrelevantes ou excessivas, que limitem ou frustrem a competição;
- c) definição dos métodos (forma e estratégia de suprimento) para execução do objeto;
- d) dimensionamento do valor estimado do objeto da licitação, demonstrado em planilhas fundadas em pesquisa dos preços de mercado;
- e) cronograma físico-financeiro, se necessário;
- f) critério de aceitação do objeto;
- g) deveres do contratado e do contratante;
- h) relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- i) procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;
- j) prazo para execução do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- k) critérios de medição e pagamento;
- l) adequação orçamentária; e
- m) sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

Em caso de compra, deve-se acrescentar ao Termo de Referência, por prudente orientação do art. 40, §1º da NLLC, os seguintes itens:

- a) especificação do produto e eventual padronização, se houver, além dos requisitos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança;
- b) indicação dos locais de entrega e regras de recebimento provisório e definitivo, quando for o caso; e
- c) especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, se couber.

**VI.b.5. Orçamento Estimado:**

O orçamento estimado da contratação, segundo o art. 23 da NLLC, deve ser compatível com os valores praticados no mercado, considerando também os preços registrados em bancos de dados públicos e os quantitativos a serem contratados, sem desapegar de eventuais peculiaridades que envolvem a execução do contrato e a necessidade de obtenção de economia de escala.

Nos processos de contratação de âmbito estadual, o Decreto nº 2.734/2022 disciplina que o documento da pesquisa de preços deverá conter<sup>11</sup>:

- a) descrição do objeto a ser contratado (art. 2º, I);

---

<sup>11</sup>Extensíveis à adesão à ata de registro de preços e contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços, e prorrogação de contratos de prestação de serviços contínuos (incisos I e II do do §1º do art. 1º do Decreto nº 2.734/2022).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- b) identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento (art. 2º, II);
- c) caracterização das fontes consultadas (art. 2º, III);
- d) série de preços coletados (art. 2º, IV);
- e) método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (art. 2º, V);
- f) justificativas para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável (art. 2º, VI);
- g) memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte (art. 2º, VII); e
- h) justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta (art. 2º, VIII).

Para bens e serviços em geral, o orçamento estimado será elaborado com base nos parâmetros dispostos no art. 4º do Decreto referido, de forma combinada ou não, e priorizadas as fontes de que tratam os incisos I e III<sup>12</sup> **(SIMAS e contratações anteriores feitas pela Administração no prazo de 01 anos, para objetos similares). Transcrevo:**

Art. 4º A pesquisa de preços em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

**I - preço constante no Banco Referencial do Sistema de Materiais e Serviços (SIMAS), observado o índice de atualização de preços correspondente;**

II - Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano;

**III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços**

<sup>12</sup>Excepcionadas as obras e serviços de engenharia, cuja pesquisa de preços observará as tabelas próprias da SEDOP, SINAPI e SICRO.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**correspondente;**

IV - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

V - pesquisa direta mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou email, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

VI - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

O orçamento estimado da contratação integra a fase preparatória do processo, podendo a Administração, justificadamente, optar por mantê-lo em sigiloso, *sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas*. O sigilo não é aplicável aos órgãos de controle interno e externo, nem às licitações em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, caso em que o preço estimado deverá constar do edital.

O preço estimado da licitação, obtido a partir do orçamento estimado e da pesquisa de preços realizada, é o máximo aceitável para efeito de propostas na licitação, conforme dispõe o art. 59, III da NLLC, que impõe a desclassificação de licitantes que *apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação*.

Segundo o art. 5º do Decreto nº 2.734/2022, *serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de 3 (três) ou mais preços, oriundos de 1 (um) ou mais dos parâmetros de que trata o art. 4º (...), desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados*.

**VI.c. Conclusões:** sobre a fase preparatória dos processos de contratação:

a) integra o rito procedimental ordinário das licitações, e também dos processos de contratação direta, desenvolvendo-se no âmbito da própria Administração;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

b) trata-se do planejamento de soluções, concepção e elaboração de atos e documentos necessários a instrumentalizar o processo licitatório, de modo a compatibilizar seu objeto e finalidade com o Plano de Contratações Anual e leis orçamentárias vigentes;

c) nessa fase, devem estar presentes, obrigatoriamente, entre outros elementos dispostos no art. 18 da NLLC, os seguintes instrumentos: Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Análise de Risco, Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico, Orçamento Estimado, além das minutas de edital, contrato e seus anexos. Sobre os principais documentos da fase preparatória, afetos ao planejamento da licitação:

c.1) Documento de Formalização da Demanda: primeiro ato do processo, servindo para registrar a necessidade da Administração e o interesse público envolvido na contratação, sendo oficializado pelo setor requisitante do órgão ou entidade contratante;

c.2) Estudo Técnico Preliminar: documento que orienta e instrui a fase preparatória da licitação, mediante a demonstração do interesse público envolvido e indicação das alternativas de solução que melhor atendam as necessidades da Administração, servindo também como sustentáculo à elaboração do Termo de Referência (bens e serviços) ou Projeto Básico (obras e serviços de engenharia);

c.3) Análise de Riscos: presta-se a promover a **identificação, avaliação e tratamento** dos riscos envolvidos na contratação, capazes de impactar negativamente o processo e a futura execução do contrato, de modo a que a Administração possa estabelecer obrigações e responsabilidades úteis à sua eliminação, transferência ou mitigação, fazendo-o por meio do documento denominado matriz de riscos;

c.4) Termo de Referência (para bens e serviços em geral) e Projeto Básico (para obras e serviços de engenharia): elaborado com base no ETP, serve para detalhar a melhor solução alcançada para atender as necessidades e interesses da Administração, realizando a descrição do objeto e sua natureza, quantitativos, condições contratuais, forma e critérios de seleção do contratado, estimativa do valor da contratação e adequação e disponibilidade orçamentária para a despesa;

c.5) Orçamento Estimado: consiste no resultado da pesquisa realizada



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

para fixar o valor estimado da contratação, servindo-se da composição dos preços utilizados para sua formação, desde que compatíveis com os praticados no mercado e sem se afastar daqueles registrados em bancos de dados públicos, sem se afastar das peculiaridades envolvidas na contratação;

d) obrigatória em todas as modalidades de licitação, assim como no processo de contratação direta, hipótese em que instrumentos como ETP, TR e análise de riscos serão exigíveis apenas quando necessário, observado o disposto no Decreto nº 2.787/2022, que trata da Dispensa Eletrônica e seu rito, em âmbito estadual.

**VII. LEI Nº 14.133/2021. CONTROLE DE LEGALIDADE AMPLO: NOVA MISSÃO DAS UNIDADES DE ACESSORAMENTO JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO.**

**VII.a. Dispositivos de Referência:** art. 53, §1º, I, II e §§ 3º a 5º, art. 8º, §3º, art. 72, III, art. 73, art. 117, §3º, art. 168, art. 169.

**VII.b. Considerações Gerais:**

Não vejo necessidade de aprofundar o tema, que não é o objeto central deste Parecer Referencial, mas considero relevante ressaltar que a NLLC reconheceu e reforçou a importância do controle de legalidade que cabe às assessorias jurídicas de órgãos e entidades realizar, impondo-o agora ao longo do processo de contratação e integralmente, sem compartimentar um ou outro ato sujeito a exame jurídico (ex: minutas de edital e contrato), como fazia a Lei nº 8.666/1993. O objetivo da nova Lei é garantir a integridade máxima dos processos de contratação.

Nesse ensejo, caberá também aos advogados públicos, no mister do assessoramento jurídico, à luz do §3º do art. 8º da NLLC, auxiliar os agentes que conduzirão os processos de contratação (ex: agente de contratação, pregoeiro, equipes de apoio e comissão de contratação, assim como os gestores e fiscais de contratos) no desempenho de suas funções, quando necessário.

Outra inovação importante da Lei nº 14.133/2021, diz respeito ao dever de o *órgão de assessoramento jurídico promover controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes,*



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

*adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. É o que se lê do [art. 53, §4º](#).*

Por fim, a NLLC também previu a possibilidade de ser *dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico (art. 53, §5º)*, matéria que ainda carece de regulamentação específica em âmbito estadual.

### **VIII. CONCLUSÃO.**

Pelo exposto, sobre a fase preparatória dos processos de contratação realizados nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação vigente, para fins referenciais, concluo:

**1.** fases que integram o rito procedimental ordinário das licitações:

- a) preparatória;
- b) divulgação do edital da licitação;
- c) apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- d) julgamento;
- e) habilitação;
- f) recursal; e
- g) homologação.

**2.** a fase preparatória serve ao planejamento da contratação, de modo a compatibilizar seu objeto e finalidade, conforme Plano de Contratações Anual e leis orçamentárias vigentes, levando em consideração questões técnicas, mercadológicas e de gestão;

**3.** as providências próprias da fase preparatória da licitação são as seguintes:

- a) descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- b) definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- c) análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

execução contratual; e

**d)** definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

**e)** orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

**f)** elaboração do edital de licitação;

**g)** elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

**h)** definição do regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

**i)** escolha da modalidade de licitação, do critério de julgamento, modo de disputa e da adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

**j)** motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

**k)** motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 da Lei.

**4.** a fase preparatória é comum a todas as modalidades licitatórias, servindo também ao processo de contratação direta, com a ressalva, neste caso, de que instrumentos como ETP, TR e análise de riscos serão exigíveis apenas quando necessário, observados os comandos do Decreto Estadual nº 2.787/2022, para as hipóteses de Dispensa Eletrônica;

**5.** os principais instrumentos da fase preparatória, obrigatórios em qualquer processo de licitação, são: Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Análise de Riscos, Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico e Orçamento Estimado. Destaco:

**5.a)** Documento de Formalização da Demanda (DFD): ato inaugural do processo, emanado do setor requisitante do órgão ou entidade, registrando a necessidade da Administração e o interesse público envolvido na contratação;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**5.b)** Estudo Técnico Preliminar (ETP): documento que avalia a necessidade e os interesses da Administração e orienta a melhor solução a ser alcançada com a contratação. Atos mínimos envolvidos no ETP:

- a) destaque do problema a ser resolvido e a sua melhor solução;
- b) estimativa das quantidades;
- c) estimativa do valor;
- d) justificativas para parcelamento ou não da contratação;
- e) alinhamento da contratação com o plano de contratações anual;
- f) manifestação conclusiva sobre a viabilidade da contratação e sua adequação ao atendimento da finalidade pretendida.

**5.c)** Análise de Risco: ocorre pela ponderação de todas as ameaças envolvidas no processo de contratação e da futura execução do contrato, mediante elementos básicos de *causa, efeito e consequência*, de modo a identificar os riscos, avaliá-los e tratá-los pelos meios editalícios e contratuais necessários à sua mitigação ou eliminação. Resultado da Análise de Riscos: construção da Matriz de Alocação de Riscos;

**5.d)** Termo Referencial (bens e serviço em geral) ou Projeto Básico (obras e serviços de engenharia): instrumento elaborado com base na solução proposta no ETP, detalhando-a da seguinte forma:

- a) resumo da justificativa para a contratação, que pode consistir ou não na referência aos Estudos Técnicos Preliminares;
- b) especificação do objeto contratual de forma precisa, incluindo sua natureza e quantitativos, vedadas descrições desnecessárias, irrelevantes ou excessivas, que limitem ou frustrem a competição;
- c) definição dos métodos (forma e estratégia de suprimento) para execução do objeto;
- d) dimensionamento do valor estimado do objeto da licitação, demonstrado em planilhas fundadas em pesquisa dos preços de mercado;
- e) cronograma físico-financeiro, se necessário;
- f) critério de aceitação do objeto;
- g) deveres do contratado e do contratante;
- h) relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;
- i) procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

registro de preços;

**j)** prazo para execução do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

**k)** critérios de medição e pagamento;

**l)** adequação orçamentária; e

**m)** sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

**5.e)** No Termo Referencial para processos de compra, deve-se acrescentar aos elementos do item 5.d:

**a)** especificação do produto e eventual padronização, se houver, além dos requisitos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança;

**b)** indicação dos locais de entrega e regras de recebimento provisório e definitivo, quando for o caso; e

**c)** especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, se couber.

**5.f)** Orçamento Estimado: resultado da pesquisa de preços realizada com base nos valores praticados no mercado, nos registrados em bancos de dados públicos e considerando os quantitativos a serem contratados, as eventuais peculiaridades envolvidas na contratação e a necessidade de obtenção de economia de escala. O orçamento estimado serve para fixar o valor estimado da licitação como o máximo aceitável e deve obedecer os parâmetros retratados no Decreto Estadual nº 2.734/2022:

**a)** preço constante no Banco Referencial do Sistema de Materiais e Serviços (SIMAS), observado o índice de atualização de preços correspondente;

**b)** Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano;

**c)** contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

**d)** dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

**e)** pesquisa direta mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

email, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

f) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

**5.f.1)** na contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado da contratação será apurado a partir da composição de custos unitários disponíveis nas tabelas SEDOP, SINAPI ou SICRO, conforme o caso.

É o **Parecer Referencial** que, respeitosamente, submeto à superior apreciação de V.Exa..

Belém/PA, 22 de janeiro de 2023

**Carla Nazaré Jorge Melém Souza**  
**Procuradora do Estado do Pará**

**PROPOSTA PARA INDEXAÇÃO:**

PARECER REFERENCIAL. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA. FASE PREPARATÓRIA.